

ACTA N ° 06/AM /2010

ACTA DA ÚNICA REUNIÃO DA SESSÃO ORDINÁRIA DA ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE SANTIAGO DO CACÉM DO DIA VINTE E QUATRO DE SETEMBRO DE DOIS MIL E DEZ -----

Aos vinte e quatro dias do mês de Setembro de dois mil e dez, reuniu, pelas vinte e uma horas, na Sala de Sessões da Sede do Município de Santiago do Cacém, em Sessão Ordinária, a Assembleia Municipal de Santiago do Cacém, com a seguinte: -----

-----ORDEM DO DIA:-----

- 1. Expediente.-----**
- 2. Actas.-----**
- 3. Indicação de cidadãos para a Comissão Alargada da CPCJ – Cumprimento da alínea l) do artigo 17 da Lei 147/99, de 1 de Setembro.-----**
- 4. PROPOSTAS DA CÂMARA MUNICIPAL-----**
 - a) Participação variável no IRS – Fixação de percentagem;-----**
 - b) Fixação da Taxa do Imposto Municipal sobre Imóveis (I.M.I);-----**
 - c) Derrama para o ano de 2011;-----**
- 5. ACTIVIDADE AUTÁRQUICA-----**

Efectuada a chamada verificou-se estarem presentes os membros: Ramiro Francisco Guiomar Beja, José Élio Sucena, Paula Maria Daniel de Melo Lopes, Maria Dulce das Candeias Pereira Rito Almeida, Nuno Alexandre Vilhena Braz, Igor Filipe Almeida Guerreiro, Maria da Conceição Pinela Pereira, Hugo Manuel Reis Lopes Pires Ferreira, Joaquim António Gamito, Francisco José Alves Barbosa de Castro Roque, Sandra Maria Brás Coelho, Teresa Isabel Matos Pereira, António João Antunes Isidoro, Maria de Fátima Lamas José Afonso Boavida, Fernando Augusto Pereira de Sousa, João Saraiva de Carvalho, Daniel Edgar Bernardo Silvério, Ângela Isabel Botelho Baltazar, Ana Raquel Varela Hilário da Cunha Nunes, Rui Estevam de Matos, Rui Manuel da Conceição Madeira dos Santos, Sérgio Manuel da Silva Santiago, Alberto Manuel de Sousa Dias de Brito, Hélder António Pereira Nunes, Vítor Paulo de Jesus Miguel Barata, Jaime António Pereira Pires de Cáceres, Armando Vítor Rodrigues Climas, Joaquim António Gonçalves, Pedro Miguel Candeias Pereira Gamito e Fernando Gonçalves dos Santos.-----

Não compareceram os membros: Alexandre António Cantigas Rosa e Luís de Assis Candeias de Jesus Silva do Ó.-----

Verificou-se ainda a presença do Senhor Presidente da Câmara Municipal, Vítor Proença, e dos Senhores Vereadores Margarida Santos, Arnaldo Frade, José Rosado, Óscar Ramos e Álvaro Beijinha.-----

Foi dado início aos trabalhos da seguinte forma:-----
-----ANTES DA ORDEM DO DIA:-----

**RELATÓRIO DA INSPECÇÃO ORDINÁRIA REALIZADA PELA IGAL –
INSPECÇÃO – GERAL DA ADMINISTRAÇÃO LOCAL AO MUNICÍPIO E
RESPOSTA DA CÂMARA MUNICIPAL**-----

O Senhor Presidente deu conhecimento de que lhe foram remetidos pelo Senhor Presidente da Câmara Municipal os documentos mencionados em epígrafe, os quais contém matéria de natureza confidencial, podendo, somente, ser consultados pelos membros da Assembleia Municipal no Serviço de Apoio aos Órgãos Autárquicos.-----

ERMIDAS SADO – EB1 – FUNCIONAMENTO-----

O Senhor Alberto de Brito referiu que se prevê um aumento do número de alunos naquela escola e que está prevista a criação de mais uma turma, já no presente ano lectivo, à qual serão ministradas aulas, provisoriamente, na Biblioteca, questionando sobre a possibilidade de construção de mais uma sala e refeitório.-----

O Senhor Presidente concedeu a palavra ao Senhor Presidente da Câmara Municipal que a passou à Senhora Vereadora Margarida Santos com competências delegadas na área da Educação, a qual confirmou que foi autorizada, pela Direcção Regional de Educação, a constituição de uma quarta turma e que a mesma tenha aulas no espaço da biblioteca.---

Mais informou que estão sendo analisadas pelos técnicos as soluções possíveis para criação de mais espaço para aulas e refeitório, esperando ter resposta dentro de pouco tempo, para que no próximo ano lectivo os alunos já possam dispor dos mesmos.-----

O Senhor Presidente da Câmara Municipal acrescentou que as soluções que se colocarem para resolução do problema do espaço naquela escola, serão analisadas com o Agrupamento de escolas, encarregados de educação e Junta de Freguesia.-----

ERMIDAS SADO – PAVIMENTOS-----

O Senhor Alberto de Brito perguntou para quando estava prevista a reposição dos passeios na Rua 30 e junto ao Jardim daquela Vila. Acrescentou que os passeios tal como estão obrigam os peões a circularem na via, situação perigosa, sobretudo para as crianças.-----

Referiu também que é preciso tapar os buracos existentes nalgumas ruas, acrescentando que o funcionário da Junta de Freguesia iniciou este trabalho, mas não o pode prosseguir por falta de massa asfáltica.-----

O Senhor Presidente da Câmara Municipal informou que estava programado um conjunto de intervenções nos pavimentos, e que logo que houvesse uma data concreta para a sua concretização naquela Freguesia seria dado conhecimento à mesma.-----

**MOÇÃO SOBRE A SITUAÇÃO DO TRANSPORTE PÚBLICO DE
PASSAGEIROS PARA O HOSPITAL DO LITORAL ALENTEJANO –
DESENVOLVIMENTOS.**-----

O Senhor António Isidoro perguntou se havia alguma resposta relativa ao conteúdo da Moção apresentada, pelos eleitos do PSD, na sessão ordinária da Assembleia Municipal de vinte e três de Abril do ano em curso, a qual versava nomeadamente, a falta de transporte, o horário dos mesmos e a paragem junto à portaria do Hospital que obriga os utentes a percorrem a pé um percurso significativo, sujeitos a condições atmosféricas desfavoráveis, e na qual propunham que fosse promovida uma reunião entre as partes para resolução daqueles problemas, por forma a proporcionar aos utentes um acesso mais fácil às instalações do Hospital.-----

O Senhor Presidente da Câmara Municipal referiu que se tratava de um problema que era necessário resolver e que não houve alterações ao mesmo. Acrescentou que no

processo têm participado juntas de freguesia, Câmara Municipal, Administração do Hospital e a empresa Rodoviária do Alentejo.-----

O Senhor António Isidoro referiu que era importante que a Comissão de Saúde da Assembleia Municipal, a Câmara Municipal, a Administração do Hospital e a empresa rodoviária reunissem para resolver aquele problema que tanto afecta os utentes. -----

O Senhor Jaime Cáceres informou que na última reunião que a Junta de Freguesia e a Câmara Municipal teve com a empresa Rodoviária em que foi colocado aquele problema, esta transmitiu que para fazer o circuito no espaço que circunda o Hospital alguém lhes teria de pagar mil e quinhentos euros/mês.-----

VILA NOVA DE SANTO ANDRÉ - TERMINAL RODOVIÁRIO-----

O Senhor António Isidoro referiu que a intervenção feita naquele terminal para reordenamento do estacionamento, com marcação de lugares e colocação de um sinal de trânsito em frente à Praça de Táxis, fez com que o autocarro pare no meio da rua. Acrescentou que quando a Praça de Táxis foi planeada estava prevista uma paragem para o autocarro, o que não lhe parece possível com a actual situação. -----

O Senhor Jaime Cáceres referiu que a paragem do autocarro não será na Av. de Santiago e que o mesmo deverá entrar e estacionar na paragem dos táxis. Pelo que, considerou que a situação indicada deverá resultar da falta de sinalização no local. Acrescentou que os automóveis não poderão continuar a estacionar em frente ao Terminal. -----

INÍCIO DO ANO LECTIVO – PROBLEMAS DE FUNCIONAMENTO NAS ESCOLAS-----

Pela Senhora Ana Raquel Varela Hilário da C. Nunes, eleita do PSD, foi feita a seguinte intervenção escrita: -----

“A “crónica” falta de funcionários nas escolas agravou-se este ano, tanto a nível de assistentes operacionais, como de outro pessoal, como psicólogos e professores. O pedido de abertura para o procedimento concursal de 2077 horas para colocação de tarefas no Agrupamento de Escolas de Santiago do Cacém, apresentado no final do ano lectivo transacto, apenas mereceu comunicação do respectivo deferimento no dia 7-9-2010.-----

O procedimento concursal não estará concluído antes de 1 mês e meio, originando situações de inexistência de assistentes operacionais nas escolas rurais do 1º ciclo de Arealão, S. Bartolomeu, Abela, Cruz de João Mendes e Santa Cruz. Estas assistentes são fundamentais para assegurar o acompanhamento e supervisão das crianças nas refeições e actividades não lectivas. Também a Unidade de Multideficiência do Agrupamento de Escolas de Santiago do Cacém, cuja continuidade foi deferida, se encontra na mesma situação. -----

Os professores estão a fazer funções de auxiliares, ou assistentes operacionais, tornando-se particularmente comunicada a situação das crianças com Necessidades Educativas Especiais (NEE) que, em alguns casos, precisam de cuidados quase permanentes. É o caso da Unidade de Multideficiência do Agrupamento de Escolas de Santiago do Cacém.-----

Relativamente às escolas rurais, o rácio de um funcionário para duas turmas ou 48 alunos não está a ser cumprido em muitas escolas e, mesmo este, era já considerado insuficiente por pais e professores, tendo em conta as necessidades de assegurar o apoio e vigilância adequados. Nas situações em que existem menos crianças, ou turmas deverá estar garantida pelo menos uma assistente, sendo que as 4 horas diárias atribuídas às actuais tarefas são claramente insuficientes. -----

É necessário alertar o Ministério da Educação para a necessidade de garantir uma rápida afetação às escolas dos recursos necessários, com uma chamada de atenção para as crianças com NEE e escolas rurais. De que forma tem o nosso Município contribuído para a resolução desta questão? -----

A situação é praticamente caótica, porque o Ministério da Educação não abre concursos (apesar da aposentação de um número elevado de funcionários) não colocando o pessoal em permanência como, por lei deveria fazer e porque as câmaras municipais, devido às restrições à contratação, também não estão a resolver o problema.-----

Além da limpeza e todo o apoio, está em causa a segurança e vigilância para prevenir situações de acidente, violência e indisciplina. -----

No que diz respeito ao Pré-escolar, da responsabilidade directa da autarquia, desde o ano lectivo transacto que os encarregados de educação referem a existência de problemas que se arrastam e mantêm no presente, tais como as péssimas condições físicas do seu recinto de recreio, em termos de dimensão e equipamento, bem como aqueles que ocorrem no prolongamento, como o facto de as salas serem limpas em concomitância com a presença das crianças. Os problemas de segurança nas entradas e saídas das crianças pequenas do edifício da Escola Frei André da Veiga agravaram-se este ano, já que passaram a utilizar o portão principal, onde são empurrados e “atropelados” pelos mais velhos. No ano passado a saída era feita pelo portão lateral de acesso à Pré, mas verificava-se que o mesmo ficava aberto sem supervisão e de forma recorrente. -----

Estes e outros problemas têm sido recorrentemente focados, inclusivamente nas reuniões do Conselho Geral, tais como: -----

- . a falta de um telheiro no recinto exterior da Escola Frei André da Veiga; -----
- . a inexistência de plano de emergência e sinalização de saídas de emergência; -----
- . a pouca regularidade dos pagamentos das despesas de funcionamento, por parte da autarquia ao Agrupamento de Escolas de Santiago do Cacém, na proporção que lhe diz respeito;-----
- . entre outros. -----

Por tudo isto se questiona: -----

- . Quais as medidas que a autarquia tem tomado para a resolução destes problemas; -----
- . Porque não reúne o Conselho Municipal de Educação há mais de 1 ano? -----
- . Para quando uma Carta Educativa?”-----

O Senhor Presidente concedeu a palavra ao Senhor Presidente da Câmara Municipal que a passou à Senhora Vereadora Margarida Santos, a qual começou por informar que colocou ao Senhor Director Regional de Educação o problema de falta de Auxiliares de Acção Educativa nas escolas e questionou sobre a forma como agilizar o processo de contratação dos mesmos. Acrescentou que o Ministério da Educação decidiu que uma pessoa era suficiente (4 horas/dia), nas escolas com poucos alunos, quando na prática já se comprovou que é manifestamente insuficiente, pelo que, irá reiterar estas situações ao Director Regional de Educação. -----

Relativamente às refeições, referiu que a Câmara Municipal assegura todo o processo. -- Sobre o Pré-Escolar, informou que os problemas colocados já foram discutidos em sede de Conselho Geral e que se procurará encontrar as melhores soluções para a sua resolução. -----

Mais informou que a transferência de verbas para o Agrupamento de Escolas de Santiago do Cacém já está em fase de regularização, acrescentando que se tentará agilizar o processo no presente ano lectivo, apesar dos muitos documentos que é necessário analisar.-----

Em relação à Carta Educativa, informou que se aguarda a sua homologação por parte do Ministério da Educação.-----

O Senhor Presidente da Câmara Municipal acrescentou ainda sobre este assunto que os atrasos no pagamento ao Agrupamento poderá acontecer devido a dificuldades financeiras do Município, acrescentando que este problema não tinha chegado ao seu conhecimento e que se iria informar com o Agrupamento sobre a situação. -----

Mais referiu que os membros da Assembleia Municipal podem colocar questões sobre esta e outras matérias à Câmara Municipal através da Mesa da Assembleia, para estarem melhor informados sobre os assuntos. -----

Relativamente ao problema do espaço na EBI Frei André da Veiga, referiu que o Município contribuiu para o projecto, tendo a Câmara Municipal alertado o Ministério da Educação para a necessidade do mesmo prever mais salas do que aquelas que haviam na EBI da Avenida. Acrescentou que, já com a obra em desenvolvimento, o Ministério da Educação tentou encerrar as escolas das Relvas Verdes, Aldeia de Chãos e Santa Cruz, ao qual a Câmara Municipal se opôs, o que iria agravar ainda mais a situação da EBI. -----

Mais informou que ainda não foi feita a recepção provisória da obra por parte do Ministério da Educação, pelo que, a questão do telheiro e outros terão que ser vistas, tendo presente os direitos de autor do projectista.-----

Sobre a Carta Educativa, informou que ainda não foi homologada, porque a DREA quer que fique expresso na mesma o encerramento de escolas com menos de dez alunos, o que a Câmara Municipal não aceita, por considerar que o encerramento das escolas não deverá depender somente do número de alunos. Acrescentou que há municípios com cartas já homologadas, as quais não foram respeitadas na matéria relativa ao encerramento de escolas.-----

No que respeita ao Conselho Municipal de Educação, referiu que era sua a responsabilidade do mesmo não ter já reunido, acrescentando que iria convocar o Conselho para uma reunião, no último trimestre do ano em curso.-----

Interveio a Senhora Paula Lopes, referindo que, enquanto docente e cidadã residente no Município, concordava quase na totalidade com a matéria contida na exposição feita pela Senhora Raquel Hilário, tendo em conta a situação que se está a viver no sector da Educação nomeadamente, a falta de segurança, a falta de pessoal, a falta de colocação de professores e outras que as escolas não conseguem resolver.-----

Acrescentou que eram questões pertinentes, algumas da responsabilidade do Ministério da Educação, outras da Câmara Municipal e também das escolas, as quais deverão ser abordadas na Assembleia Municipal bem como em outras sedes. -----

----- **COMEMORAÇÕES EVOCATIVAS DOS QUINHENTOS ANOS DA ENTREGA DO FORAL À VILA DE ALVALADE -----**

O Senhor Rui Madeira agradeceu a colaboração da Câmara Municipal, da Junta de Freguesia de Ermidas e da Junta de Freguesia do Cercal pelo apoio concedido às iniciativas que tiveram lugar no âmbito daquelas comemorações, acrescentando que as mesmas superaram as expectativas, pela forma como decorreram e pelo número de visitantes, o qual aumentou relativamente aos anos anteriores. -----

----- **EVOCÇÃO DO CENTENÁRIO DA REPÚBLICA -----**

Pelo Senhor Vítor Paulo Barata, em representação dos eleitos da CDU, foi apresentado o seguinte texto evocativo daquela efeméride:-----

“INTERVENÇÃO EVOCATIVA DO CENTENÁRIO DA REPÚBLICA PORTUGUESA -----

A implantação da República em 1910 é um importante marco da história e da luta do povo português que importa assinalar. -----

A Primeira República foi proclamada a 5 de Outubro de 1910 por cidadãos, agrupamentos e organizações progressistas e vanguardistas dentro do espectro político-social português, com o apoio incondicional e fundamental das camadas populares da cidade de Lisboa. -----

O Povo e as suas estruturas foram a alavanca de sucesso da Revolução. Quando a mesma parecia condenada ao fracasso, com o suicídio de Cândido dos Reis, foi o Povo que, assumindo a bandeira da República, Resistiu na Rotunda e de lá saiu vitorioso. -----

Não podemos esquecer a componente militar do movimento republicano triunfante em Outubro de 1910, composta por elementos do Exército e da Armada, da classe de oficiais, sargentos e praças. Aliás, este amplo movimento contou com a acção de centenas de revolucionários civis, o que permitiu derrotar uma monarquia claudicante aos interesses de uma minoria e em clara desagregação, incapaz de dar resposta aos desafios do início do Século XX. -----

Os contributos dos revolucionários civis nas principais cidades e vilas portuguesas, imbuídos da lembrança do acontecimento revolucionário republicano protagonizado no Porto a 31 de Janeiro de 1891, contribuiu para a defesa e consolidação da República, sendo por isso mesmo um facto inegável da História de Portugal. -----

Santiago do Cacém desde cedo aderiu à causa republicana, estando este facto patente na vitória das eleições municipais de 1 de Novembro de 1908 pelo partido republicano. -----

Após a implantação da república, dizia um jornal regional da época:-----

Seriam oito horas da noite (de 5 de Outubro), reuniu-se muito povo no largo fronteiro à Associação Comercial, de cujas janelas lhe foi comunicado pelos cidadãos Sr.(s) Dr.(s) Félix da Cruz e Freire de Andrade, que estavam finados os dias da monarquia e havia sido proclamada pelo heróico povo de Lisboa a República Portuguesa. -----

Todos os que honraram o ideal republicano e por ele lutaram e morreram, bebendo as máximas da Revolução Francesa de 1789, merecem o nosso respeito e memória.-----

Na Constituição de 1911, foram finalmente abolidos todos os privilégios decorrentes do nascimento e criadas condições para que o mérito pessoal promovesse o acesso à educação e ao emprego, contribuindo para diminuir as assimetrias entre ricos e pobres. A separação da Igreja, do Estado foi concretizada. O registo civil foi tornado obrigatório. Os problemas de habitação nas principais cidades foram enfrentados. Na Educação deram-se avanços significativos, erigiram-se novas escolas e dignificou-se a classe de professores. -----

A proclamação da República Portuguesa foi sem dúvida o primeiro marco da causa da Liberdade no Portugal do Século XX, apesar dos limites e das incapacidades no cumprimento dos mais puros ideais republicanos quer se verificou nos anos seguintes. --

Os ideais republicanos aprisionados durante a ditadura fascista (1926/1974) permaneceram vivos na memória do Povo Português como acto de libertação e as Comemorações do 5 de Outubro transformou-se em jornada de luta, inserida na torrente que abriu caminho `a Revolução de Abril e que finalmente cumpriu objectivos que a revolução republicana não sabe ou não soube ou não pôde cumprir. “-----

ALVALADE – REPARAÇÃO DAS RUAS -----

O Senhor Joaquim Gamito questionou, se tinha havido evolução relativamente aos trabalhos a efectuar com vista à reparação dos pavimentos degradados das ruas daquela

Vila. Situação que tinha colocado em anterior sessão da Assembleia Municipal. Acrescentou que o Inverno se aproxima, pelo que, o problema se agravará, caso a intervenção não tenha lugar antes das primeiras chuvas. -----

O Senhor Presidente da Câmara Municipal informou aquela intervenção está prevista, mas que ainda não podia adiantar uma data concreta para o seu início. -----

-----**ORDEM DO DIA:**-----

1. Expediente.-----

Foi dado conhecimento da relação do expediente que deu entrada nos Serviços da Assembleia Municipal desde a última Sessão Ordinária, em dezoito de Junho de dois mil e dez, até vinte e três de Setembro de dois mil e dez, documento que é dado como reproduzido na presente acta com o número dezassete, ficando arquivado na pasta anexa ao livro de actas, depois de rubricado pelos membros da Mesa. -----

2. Actas-----

O Senhor Presidente colocou para discussão e aprovação a **acta número três**, da Sessão Extraordinária da Assembleia Municipal que teve lugar no dia doze de Maio de dois mil e dez, a qual foi **aprovada, por maioria**, com cinco abstenções, dos senhores João Saraiva de Carvalho, Ângela Baltazar, Hélder Nunes, Joaquim Gonçalves e Rui Estevam de Matos, por não terem estado presentes. -----

O Senhor Presidente colocou para discussão e aprovação a **acta número quatro**, da Sessão Ordinária da Assembleia Municipal que teve lugar, no dia dezoito de Junho de dois mil e dez, a qual foi **aprovada, por maioria**, com quatro abstenções, dos senhores José Élio Sucena, Maria Dulce Rito Almeida, Jaime Pires de Cáceres e Rui Estevam Matos, por não terem estado presentes. -----

O Senhor Presidente colocou para discussão e aprovação a **acta número cinco**, da Sessão Extraordinária da Assembleia Municipal que teve lugar, no dia vinte e três de Julho de dois mil e dez, a qual foi **aprovada, por maioria**, com três abstenções, dos senhores António João Isidoro, Maria Dulce Rito Almeida e Vítor Paulo Barata, por não terem estado presentes. -----

3. Indicação de cidadãos para a Comissão Alargada da CPCJ – Cumprimento da alínea l) do artigo 17 da Lei 147/99, de 1 de Setembro.-----

O Senhor Presidente informou que era necessário indicar os dois cidadãos em falta para aquela Comissão, propondo para o efeito as Senhoras: **Maria Helena Varela Pereira Hilário**, Secretária de Administração, residente em Santiago do Cacém e **José Augusto Fusil**, Aposentado, residente em Santiago do Cacém.-----

O Senhor Presidente colocou a proposta para discussão e votação. Não houve inscrições para o uso da palavra, pelo que se passou de imediato à sua votação, por voto secreto, tendo sido apurados os seguintes resultados: -----

- **Maria Helena Varela Pereira Hilário, 30 votos a favor.**-----

- **José Augusto Fusil, 30 votos a favor.**-----

- **Não foram apurados votos contra, nulos ou em branco.**-----

4. PROPOSTAS DA CÂMARA MUNICIPAL-----

--- a) Participação variável no IRS – Fixação de percentagem;-----

O Senhor Presidente concedeu a palavra ao Senhor Presidente da Câmara Municipal que apresentou e fundamentou a seguinte “**PROPOSTA:** Definir para o ano de 2011 a taxa

de 5% para a participação no IRS dos sujeitos passivos com domicílio fiscal na circunscrição territorial do Município.-----

FUNDAMENTOS: De acordo com os nºs 1 e 2 do artigo 20 da Lei nº.2/2007, de 15 de Janeiro e o disposto na alínea h) do nº.2 do artigo 53 e na alínea a) do nº.6 do artigo 64 da Lei nº.169/99, de 18 de Setembro, na redacção da Lei nº.5-A/2002, de 11 de Janeiro.”

O Senhor Presidente colocou a proposta para discussão. -----

Intervieram os senhores José Sucena, Francisco Roque e João Saraiva de Carvalho, os quais teceram algumas considerações sobre as votações desta matéria nos anos anteriores, e sobre os resultados da votação noutros municípios.-----

Não havendo mais inscrições para o uso da palavra, o Senhor Presidente colocou a

proposta a votação, a qual foi **aprovada, por maioria**, com vinte e quatro votos a favor, sendo vinte e um dos eleitos da CDU, senhores Ramiro Francisco Guiomar Beja, José Élio Sucena, Paula Maria Daniel de Melo Lopes, Igor Filipe Almeida Guerreiro, Maria da Conceição Pinela Pereira, Joaquim António Gamito, Teresa Isabel Matos Pereira, Maria de Fátima Lamas José Afonso Boavida, João Saraiva de Carvalho, Daniel Edgar Bernardo Silvério, Ângela Isabel Botelho Baltazar, Rui Estevam de Matos, Rui Manuel da Conceição Madeira dos Santos, Sérgio Manuel da Silva Santiago, Hélder António Pereira Nunes, Vítor Paulo de Jesus Miguel Barata, Jaime António Pereira Pires de Cáceres, Armando Vítor Rodrigues Climas, Joaquim António Gonçalves, Pedro Miguel Candeias Pereira Gamito e Fernando Gonçalves dos Santos, e dois de eleitos do PSD, senhores Nuno Alexandre Vilhena Braz e Ana Raquel Varela Hilário da Cunha Nunes, e um do eleito do BE, Senhor Francisco José Alves Barbosa de Castro Roque. --

Uma abstenção de um eleito do PSD, Senhor António João Antunes Isidoro.-----

Cinco votos contra, dos eleitos do PS, senhores Maria Dulce Rito Almeida, Hugo Manuel Reis Lopes Pires Ferreira, Sandra Maria Brás Coelho, Fernando Augusto Pereira de Sousa e Alberto Manuel de Sousa Dias de Brito.-----

JUSTIFICAÇÃO DE VOTO: Pelo Grupo Municipal do PS foi apresentada a seguinte declaração de voto: “Votamos contra, na medida em que nos parece que, no contexto socioeconómico em que nos encontramos, a Câmara Municipal devia dar um sinal de apoio às famílias, não aplicando a taxa máxima de IRS que está em condições de influenciar. -----

A não aplicação da taxa máxima não seria fundamental para a vida das pessoas mas teria um efeito simbólico importante, aumentando o interesse e o gosto por viver no nosso Município”. -----

--- b) Fixação da Taxa do Imposto Municipal sobre Imóveis (I.M.I); -----

O Senhor Presidente concedeu a palavra ao Senhor Presidente da Câmara Municipal que apresentou e fundamentou a seguinte **“PROPOSTA:** Aprovar as seguintes taxas do Imposto Municipal Sobre Imóveis (I.M.I.) a incidir sobre o valor patrimonial tributário, a vigorar em 2011: -----

- Para prédios urbanos - 0,7%.-----

- Para prédios urbanos avaliados, nos termos do CIMI – 0,4%.-----

FUNDAMENTOS: De acordo com as alíneas b) e c) do nº. 1 do artº. 112º. do Código do Imposto Municipal Sobre Imóveis publicado em anexo ao Decreto-Lei nº.287/2003, de 12 de Novembro e o disposto na alínea a) do nº.6 do artº. 64 da Lei nº. 169/99, de 18 de Setembro, na redacção da Lei nº. 5-A/2002, de 11 de Janeiro.”-----

O Senhor Presidente colocou a proposta para discussão. -----

Interveio o Senhor Francisco Roque, referindo que a Câmara Municipal dispõe da possibilidade de aplicação de taxas diferenciadas e que as mesmas deveriam penalizar

os proprietários de prédios devolutos que não se interessam pela sua recuperação, acrescentando que o Código do I.M.I. permite o desagravamento das taxas para habitação/arrendamento. Mais referiu que, tal como fez nos anos anteriores, iria apresentar uma proposta de recomendação sobre esta matéria. -----

O Senhor Presidente concedeu novamente a palavra ao Senhor Presidente da Câmara Municipal, o qual referiu que os valores das taxas propostas não têm sofrido alteração, acrescentando que mesmo quando a Associação Nacional de Municípios defendeu a aplicação da taxa máxima, a Câmara Municipal não o fez.-----

Mais informou que, tendo em conta o valor apurado em Setembro do ano em curso e comparando com os valores apurados, no mesmo período, no ano transacto, a tendência é de diminuição naquela receita. -----

Referiu ainda que o estatuto de benefícios fiscais deveria ser mais claro, matéria que é algo difícil de identificar devido ao excesso de legislação sobre o assunto, acrescentando que esta situação deveria ser alterada, porque contribuiria para a redução de fugas ao fisco. -----

Acrescentou que a propriedade rústica não foi tocada no âmbito da aplicação do I.M.I, foi apenas criado um quadro amortecedor para os prédios mais antigos, não tendo havido coragem para criar outros mecanismos reguladores.-----

Referiu ainda que as situações de desigualdade também existem fora dos perímetros urbanos e que nas freguesias também há prédios de grande dimensão fora daqueles perímetros. -----

Interveio o Senhor Nuno Brás, referindo não estar contra as taxas propostas. -----

Mais referiu estranhar que haja quebra na receita do I.M.I., tendo em conta que há menos isenções e mais prédios avaliados. -----

Não havendo mais inscrições para o uso da palavra, o Senhor Presidente colocou, a **proposta** a votação, a qual foi **aprovada, por maioria**, com vinte e três votos a favor, sendo vinte e um dos eleitos da CDU, senhores Ramiro Francisco Guiomar Beja, José Élio Sucena, Paula Maria Daniel de Melo Lopes, Igor Filipe Almeida Guerreiro, Maria da Conceição Pinela Pereira, Joaquim António Gamito, Teresa Isabel Matos Pereira, Maria de Fátima Lamas José Afonso Boavida, João Saraiva de Carvalho, Daniel Edgar Bernardo Silvério, Ângela Isabel Botelho Baltazar, Rui Estevam de Matos, Rui Manuel da Conceição Madeira dos Santos, Sérgio Manuel da Silva Santiago, Hélder António Pereira Nunes, Vítor Paulo de Jesus Miguel Barata, Jaime António Pereira Pires de Cáceres, Armando Vítor Rodrigues Climas, Joaquim António Gonçalves, Pedro Miguel Candeias Pereira Gamito e Fernando Gonçalves dos Santos, e dois de eleitos do PSD, senhores Nuno Alexandre Vilhena Braz e Ana Raquel Varela Hilário da Cunha Nunes. - Duas abstenções, sendo uma do eleito do BE, Senhor Francisco José Alves Barbosa de Castro Roque e outra do eleito do PSD, Senhor António João Antunes Isidoro. ----- Cinco votos contra, dos eleitos do PS, senhores Maria Dulce Rito Almeida, Hugo Manuel Reis Lopes Pires Ferreira, Sandra Maria Brás Coelho, Fernando Augusto Pereira de Sousa e Alberto Manuel de Sousa Dias de Brito.” -----

PROPOSTA DE RECOMENDAÇÃO À CÂMARA MUNICIPAL SOBRE O (I.M.I) -----

Pelo Senhor Francisco Roque, eleito do Bloco de Esquerda, foi apresentada a seguinte proposta:-----

“Que a Assembleia Municipal de Santiago do Cacém, reunida em Sessão Ordinária em 14/09/2010, recomende à C.M.S.C. que: -----

1º - Proceda à identificação dos prédios urbanos devolutos, há mais de um ano, existentes no Município, e que a listagem desses prédios seja disponibilizada à Assembleia Municipal.-----

2º - Que sejam aplicadas taxas diferenciadas do I.M.I. para prédios urbanos situados fora dos perímetros urbanos de Santiago do Cacém e de Vila Nova de Santo André: 0,6 % para prédios urbanos e 0.3% para prédios avaliados nos termos do C.I.M.I.-----

3º - Que seja aplicada uma redução de 20% da taxa a aplicar aos prédios urbanos arrendados, em todas as freguesias do Concelho de Santiago do Cacém.” -----

O Senhor Presidente colocou a **proposta** para discussão. Não houve inscrições para o uso da palavra, pelo que a colocou, de imediato, a votação, a qual foi **rejeitada, por maioria**, com vinte e um votos contra, dos eleitos da CDU, senhores Ramiro Francisco Guiomar Beja, José Élio Sucena, Paula Maria Daniel de Melo Lopes, Igor Filipe Almeida Guerreiro, Maria da Conceição Pinela Pereira, Joaquim António Gamito, Teresa Isabel Matos Pereira, Maria de Fátima Lamas José Afonso Boavida, João Saraiva de Carvalho, Daniel Edgar Bernardo Silvério, Ângela Isabel Botelho Baltazar, Rui Estevam de Matos, Rui Manuel da Conceição Madeira dos Santos, Sérgio Manuel da Silva Santiago, Hélder António Pereira Nunes, Vítor Paulo de Jesus Miguel Barata, Jaime António Pereira Pires de Cáceres, Armando Vítor Rodrigues Climas, Joaquim António Gonçalves, Pedro Miguel Candeias Pereira Gamito e Fernando Gonçalves dos Santos, e dois de eleitos do PSD, senhores Nuno Alexandre Vilhena Braz e Ana Raquel Varela Hilário da Cunha Nunes.-----

Sete abstenções, sendo quatro dos eleitos do PS, senhores Hugo Manuel Reis Lopes Pires Ferreira, Maria Dulce Rito Almeida, Sandra Maria Brás Coelho e Fernando Augusto Pereira de Sousa, e três dos eleitos do PSD, senhores Nuno Alexandre Vilhena Braz, António João Antunes Isidoro e Ana Raquel Varela Hilário da Cunha Nunes.-----

Dois votos a favor, do Senhor Francisco Roque, eleito do BE, e do Senhor Alberto de Brito, eleito do PS. -----

--- c) Derrama para o ano de 2011.-----

O Senhor Presidente concedeu a palavra ao Senhor Presidente da Câmara Municipal que apresentou e fundamentou a seguinte “**PROPOSTA:** Que seja lançada a Derrama de 1,5% sobre o lucro tributável sujeito e não isento de imposto sobre o rendimento das pessoas colectivas (IRC), a cobrar no ano de 2011, que corresponda à proporção do rendimento gerado na área geográfica do Município, com vista ao reforço da capacidade financeira.-----

FUNDAMENTOS: Nos termos da alínea b) do artigo 10º. e do nº1 e 2 do artigo 14º da Lei nº2/2007, de 15 de Janeiro, da alínea f) do nº 2 do artigo 53, e da alínea a) do nº6 do artigo 64, ambos da Lei nº169/99, de 18 de Setembro, na redacção da Lei nº5-A/2002, de 11 de Janeiro.”-----

O Senhor Presidente colocou a proposta para discussão.-----

Não havendo inscrições para o uso da palavra, o Senhor Presidente colocou, de imediato, a **proposta** a votação, a qual foi **aprovada, por maioria**, com vinte e três votos a favor, sendo vinte e um dos eleitos da CDU, senhores Ramiro Francisco Guiomar Beja, José Élio Sucena, Paula Maria Daniel de Melo Lopes, Igor Filipe Almeida Guerreiro, Maria da Conceição Pinela Pereira, Joaquim António Gamito, Teresa Isabel Matos Pereira, Maria de Fátima Lamas José Afonso Boavida, João Saraiva de Carvalho, Daniel Edgar Bernardo Silvério, Ângela Isabel Botelho Baltazar, Rui Estevam de Matos, Rui Manuel da Conceição Madeira dos Santos, Sérgio Manuel da Silva Santiago, Hélder António Pereira Nunes, Vítor Paulo de Jesus Miguel Barata,

Jaime António Pereira Pires de Cáceres, Armando Vítor Rodrigues Climas, Joaquim António Gonçalves, Pedro Miguel Candeias Pereira Gamito e Fernando Gonçalves dos Santos, e dois de eleitos do PSD, senhores Nuno Alexandre Vilhena Braz e Ana Raquel Varela Hilário da Cunha Nunes. -----

Duas abstenções, sendo uma do eleito do BE, Senhor Francisco José Alves Barbosa de Castro Roque e outra do eleito do PSD, Senhor António João Antunes Isidoro. -----

Cinco votos contra, dos eleitos do PS, senhores Maria Dulce Rito Almeida, Hugo Manuel Reis Lopes Pires Ferreira, Sandra Maria Brás Coelho, Fernando Augusto Pereira de Sousa e Alberto Manuel de Sousa Dias de Brito.-----

JUSTIFICAÇÃO DE VOTO: Pela Senhora Maria Dulce Rito Almeida, do Grupo Municipal do PS, foi apresentada a seguinte declaração de voto: “ Nós percebemos que a Câmara só consegue gerar receitas através do aumento dos impostos, uma vez que não consegue diminuir despesas, aliás, à semelhança do que se passa com o Governo que bastas criticas tem merecido das diversas bancadas da oposição. Ainda assim, o que se pretende num Município que tem uma grande zona de interior e uma outra mais perto do litoral, é a necessidade de fixar população sobretudo no interior do Concelho, pelo que, veríamos como de toda a justiça a aplicação de taxas (IRS, IMI e Derrama) diferenciadas, sendo, obviamente, as do interior mais baixas que as do litoral.” -----

5. ACTIVIDADE AUTÁRQUICA. -----

O Senhor Presidente concedeu a palavra ao Senhor Presidente da Câmara Municipal que apresentou a Informação da Actividade da Câmara Municipal relativa aos meses de Junho e Julho do ano em curso, documento que é dado como reproduzido na presente acta com o número dezoito, ficando arquivado na pasta anexa ao livro de actas, depois de rubricado pelos membros da Mesa. -----

Não houve inscrições para o uso da palavra. -----

Não havendo mais assuntos a tratar, foi lida pela Senhora Primeira Secretária a relação, em minuta, das deliberações tomadas na presente Sessão, a constar em acta. -----

Após a leitura foi a mesma colocada à discussão pelo senhor Presidente, não se tendo verificado inscrições para o fazer. -----

Em seguida procedeu-se à sua votação, tendo sido aprovada, por unanimidade. -----

Os trabalhos foram declarados encerrados pelo senhor Presidente, eram vinte e três horas.-----

Desta Sessão se lavrou a presente acta que vai ser assinada pelos membros da Mesa. ----

